

O DILEMA ÉTICO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DESAFIOS À DEMOCRACIA E O PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE DE HANS JONAS

ISRAEL RAMOS VENANCIO¹;
EVANDRO BARBOSA²;

¹Universidade Federal de Pelotas - israelvenanio@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - evandrobarbosa2001@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A ascensão da Inteligência Artificial (IA) no cenário sociopolítico contemporâneo impõe desafios éticos de grande envergadura, sobretudo no contexto das sociedades democráticas ocidentais. Entre os riscos mais urgentes, destaca-se a ameaça à isonomia, princípio fundamental da democracia segundo o qual todos os cidadãos devem possuir iguais condições de participação no debate público e na formação da realidade política (RAWLS, 1971).

O acesso desigual às tecnologias de IA agrava essa questão. Aqueles que detêm conhecimento e domínio dessas ferramentas adquirem uma capacidade inédita de moldar percepções, influenciar opiniões e manipular discursos, o que põem em risco a dinâmica democrática. Em contrapartida, os menos familiarizados tornam-se mais suscetíveis à desinformação e à construção de realidades artificiais, forjadas a um determinado fim, o que fomenta um desequilíbrio estrutural. Tal desequilíbrio pode ser explorado tanto por grandes corporações tecnológicas quanto por indivíduos movidos por interesses particulares, comprometendo a integridade do espaço público e a legitimidade do processo democrático (CRAWFORD, 2021; FLORIDI, 2014).

Nesse sentido, a presente investigação busca analisar os impactos éticos da assimetria no uso da IA, discutindo em que medida a concentração de poder informacional ameaça os ideais democráticos e quais mecanismos normativos podem ser concebidos para mitigar tais riscos. A pesquisa parte da ética da responsabilidade de HANS JONAS (1993), complementada por aportes de ARENDT (1963) e RAWLS (1971), bem como de autores contemporâneos que discutem os desafios ético-políticos das tecnologias digitais.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise crítica, com o objetivo de contribuir para o aprofundamento das discussões acerca da relação entre Inteligência Artificial, ética e democracia. A fundamentação metodológica apoia-se na Epistemologia Moral, que orienta a reflexão sobre princípios éticos, e na Análise Crítica do Discurso, utilizada para examinar contradições, pressupostos e implicações presentes nas obras selecionadas.

O corpus teórico concentra-se, prioritariamente, na ética da responsabilidade de HANS JONAS (1993), sendo complementado por reflexões de RAWLS (1971) acerca da justiça distributiva e de ARENDT (1963) sobre a banalidade do mal e a fragilidade das instituições democráticas. Autores contemporâneos como BOSTROM (2014), FLORIDI (2013; 2014) e CRAWFORD (2021) também são incorporados, de modo a articular fundamentos clássicos e debates atuais.

Para garantir a abrangência da investigação, o levantamento bibliográfico foi delimitado ao período de 2014 a 2024, contemplando a intensificação das discussões sobre IA após a popularização dos algoritmos em larga escala. As fontes foram selecionadas a partir de bases nacionais, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a SciELO, bem como de bases internacionais, como JSTOR e PhilPapers. Os critérios de inclusão envolveram relevância temática, impacto acadêmico, medido por citações e avaliação QUALIS, e atualidade das publicações, priorizando textos que dialoguem diretamente com os eixos de ética, responsabilidade moral e democracia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Até o momento, a pesquisa permitiu identificar quatro eixos centrais que configuram os riscos éticos da Inteligência Artificial no contexto democrático:

Assimetria informacional: o domínio tecnológico concentra-se em grandes corporações e grupos especializados, gerando desigualdade estruturante no poder informacional (FLORIDI, 2013; CRAWFORD, 2021). Manipulação da esfera pública: algoritmos de recomendação e personalização, não regulamentados, podem ser utilizados para moldar discursos e percepções, alimentando polarização e fragilização do debate público (ARENDT, 1963; BOSTROM, 2014). Responsabilidade moral intergeracional: a ausência de regulamentação robusta compromete o futuro da democracia, uma preocupação alinhada à ética da responsabilidade de JONAS (1993).

CONCLUSÕES

A análise realizada evidencia que os avanços tecnológicos proporcionados pela Inteligência Artificial impõem desafios éticos significativos às democracias liberais ocidentais, especialmente no que tange à preservação da igualdade de condições de participação no debate público e à integridade do espaço democrático. A pesquisa demonstra que a concentração de poder informacional, aliada à capacidade de manipulação algorítmica de discursos e percepções, compromete os princípios fundamentais da democracia, expondo vulnerabilidades estruturais que não podem ser ignoradas.

O estudo reforça que a ética da responsabilidade de Hans Jonas (2006) constitui uma ferramenta conceitual essencial para pensar os impactos intergeracionais da tecnologia e orientar respostas normativas e políticas capazes de mitigar riscos éticos futuros. Ao enfatizar a obrigação de prevenir danos e preservar a integridade da vida social e política, Jonas oferece um referencial robusto para a formulação de estratégias que alinhem o desenvolvimento da IA aos valores democráticos. Assim, a principal contribuição deste trabalho reside em evidenciar que a reflexão ética não é apenas teórica, mas orienta práticas concretas de governança tecnológica e regulação democrática, reforçando a necessidade de integrar princípios filosóficos, políticas públicas e responsabilidade social corporativa para proteger a democracia liberal frente aos desafios impostos pela Inteligência Artificial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

BOSTROM, N. **Superintelligence: Paths, Dangers, Strategies.** Oxford: Oxford University Press, 2014.

CRAWFORD, K. **Atlas of AI: Power, Politics, and the Planetary Costs of Artificial Intelligence.** New Haven: Yale University Press, 2021.

FLORIDI, L. **The Ethics of Information.** Oxford: Oxford University Press, 2015.

FLORIDI, L. **The Fourth Revolution: How the Infosphere is Reshaping Human Reality.** Oxford: Oxford University Press, 2014.

HAN, B.CI. **A sociedade da transparência.** Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, B.CI. **No enxame: Perspectivas do digital.** Petrópolis: Vozes, 2018.

JONAS, H. **O princípio responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

RAWLS, J. **A Theory of Justice.** Cambridge: Harvard University Press, 1971.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça.** Tradução de Jussara Simões. São Paulo, Martins Fontes, 2016.